

## CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS ATA DA REUNIÃO DO DIA DEZ DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

1 Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às 10 horas e 02 minutos, o  
2 Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, no Salão Nobre do  
3 CCMN, sob a presidência Professora Ethel Pinheiro Santana. Estavam presentes à Sessão  
4 o Superintendente de Pós-graduação, Bruno Lourenço Diaz, a Superintendente  
5 Acadêmica de Pesquisa Ariane Roder, os Conselheiros Docentes representantes dos  
6 Centros Universitários: Claudia Moraes de Rezende (CCMN), Alexandre Guedes Torres  
7 (CCMN), Adriana Santarosa Vivacqua (CCMN), Aniela Improta França (CLA), José Jairo  
8 Vieira (CFCH), Juliana Beatriz Almeida de Souza (CFCH), Fabricio Leal de Oliveira (CCJE),  
9 Kátia Vergetti Bloch (CCS), Verônica Maria Araujo Calado (CT) e Marcelo Gomes Miguez  
10 (CT). Os Conselheiros representantes do Fórum de Ciência e Cultura: Carlos Renato  
11 Rezende Ventura e Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho. A representante do Campus  
12 Duque de Caxias: Juliany Cola Fernandes Rodrigues. Os representantes discentes: Natália  
13 Silva Trindade e Roberto Guardatti Gambine Moreira. O representante dos técnicos-  
14 administrativos: João Sérgio dos Santos Assis. O representante do Campus Macaé: João  
15 Luiz Mendes Wanderley. Justificaram a ausência os conselheiros Linduino Jose Pitombeira  
16 de Oliveira(CLA), Julie de Araujo Pires(CLA), Eliane Guedes(FCC), Marina Bento Soares  
17 (FCC), Leonardo Maciel Moreira(CM-MACAE) e Marcos da Silva Neves (antigos alunos),  
18 Iniciou-se com o **Expediente. 1.1-** A conselheira discente Natália Silva Trindade  
19 apresentou considerações relevantes sobre o impacto da pandemia de Covid-19 na  
20 ampliação do acesso à pós-graduação, enfatizando que o formato remoto possibilitou a  
21 inclusão de estudantes de diferentes origens geográficas e culturais, inclusive indígenas,  
22 o que representa um avanço na diversidade e na democratização do ensino de pós-  
23 graduação na universidade. Destacou ainda a importância de refletir sobre as condições  
24 de permanência estudantil, a fim de combater a evasão e garantir apoio adequado aos  
25 pós-graduandos. Informou, com entusiasmo, que os estudantes de pós-graduação  
26 poderão votar remotamente nas eleições para reitoria da UFRJ, em um formato híbrido  
27 inédito, resultado de uma atuação articulada da Associação de Pós-Graduandos (APG)  
28 junto ao Conselho Universitário. Agradeceu à UFRJ, à comissão de consulta e aos  
29 membros do CEPG pelo apoio à medida, que representa um marco democrático na  
30 história da instituição.**1.1.2-** A presidente da Sessão, Ethel Pinheiro Santana, parabenizou  
31 a conselheira Natália pela intervenção, destacando que acompanhou de perto os debates  
32 na Comissão de Consulta para Reitor e que o envolvimento da APG foi essencial para a  
33 conquista do voto remoto. Ressaltou que a conquista do direito ao voto deve ser  
34 acompanhada por ampla mobilização para garantir sua efetiva participação, pois a prática  
35 do voto é essencial para o fortalecimento da democracia universitária.**1.2-** Na  
36 continuidade, o conselheiro Renato Ventura saudou os presentes, parabenizou a  
37 presidência da sessão e apresentou dois informes. O primeiro referiu-se ao edital para  
38 professor visitante e professor visitante sênior, que sofreu alteração no cronograma  
39 devido a atrasos na emissão de pareceres *ad hoc*, com a versão atualizada do cronograma

40 já disponível na página eletrônica da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR2). O  
41 segundo informe foi a saudação ao novo diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento  
42 Urbano e Regional (IPPUR), professor Fabrício Leal de Oliveira, cuja eleição foi  
43 recentemente concluída, ressaltando a importância de se registrar oficialmente a posse  
44 do novo dirigente e o desafio institucional assumido. Sem mais inscritos, passou-se a  
45 **Ordem do dia. 2.1- -Inclusão de Pessoas Com Deficiência na Pós-graduação- Amélia**  
46 **Abigail Rousauro de Almeida- Diretora Geral da DIRAC (Diretoria de Acessibilidade).**A  
47 presidente agradeceu a presença da senhora Amélia Abigail Rosauro de Almeida, diretora-  
48 geral da Divisão de Acessibilidade (DIRAC) da UFRJ, que realizou uma apresentação  
49 expositiva abordando os fundamentos legais da inclusão, as atribuições da DIRAC e os  
50 principais desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência no contexto acadêmico.  
51 **2.1.1-**A diretora contextualizou a criação da DIRAC em dois mil e dezoito, a partir de  
52 demandas oriundas do Fórum Permanente Inclusivo e Acessível (FPAI), um espaço  
53 mensal de escuta e deliberação que conta com a participação ativa de professores,  
54 coordenadores e, sobretudo, estudantes. Destacou que a evasão de estudantes com  
55 deficiência era uma realidade preocupante e que, para enfrentá-la, a DIRAC passou a  
56 atuar com estratégias específicas, como a capacitação de docentes, a promoção de  
57 acessibilidade comunicacional, incluindo intérpretes de Libras, audiodescrição e outras  
58 tecnologias assistivas, muitas vezes desconhecidas pelos professores.**2.1.2-** Ilustrou,  
59 com exemplos concretos, as dificuldades encontradas por estudantes com deficiência,  
60 como o caso de um aluno surdo no curso de Ciência da Computação, cuja adaptação  
61 exigiu reuniões específicas com docentes e presença de intérprete. Relatou também a  
62 situação de um aluno cego na Engenharia Química, que não dominava nenhuma  
63 tecnologia assistiva ao ingressar no curso, o que demandou um trabalho conjunto entre  
64 DIRAC, coordenação e professores para adequar sua trajetória acadêmica.**2.1.3-** Citou  
65 ainda um coletivo de estudantes autistas criado na Faculdade de Medicina, demonstrando  
66 que a realidade institucional nem sempre contempla a diversidade de necessidades dos  
67 alunos, muitos dos quais não se identificam como pessoas com deficiência formalmente,  
68 mas enfrentam barreiras significativas no ambiente acadêmico. Ressaltou que muitos  
69 alunos preferem não revelar sua condição por receio de estigmatização, o que dificulta a  
70 implementação de políticas adequadas de inclusão. A diretora alertou para a urgência de  
71 revisão das normativas internas no âmbito do CEPG, algumas ainda baseadas em  
72 resoluções datadas de mil novecentos e noventa e seis, que não contemplam os avanços  
73 legais e sociais das últimas décadas em matéria de acessibilidade e inclusão.**2.1.4-** A  
74 conselheira Cláudia Rezende elogiou o conteúdo apresentado e sugeriu a ampla  
75 divulgação do material nas unidades acadêmicas, por meio dos websites institucionais,  
76 incluindo versões em vídeo e PDF. Comentou sua experiência com estudantes com  
77 deficiência e o quanto a apresentação da DIRAC teria sido útil se estivesse disponível  
78 anteriormente. Solicitou esclarecimentos sobre o papel do facilitador de aprendizagem,  
79 sua forma de contratação e os requisitos para atuação.**2.1.5-** A conselheira Verônica  
80 Calado parabenizou o trabalho da DIRAC e sugeriu que a UFRJ pudesse desenvolver um  
81 aplicativo de transcrição automática de voz em texto, para beneficiar estudantes surdos.  
82 **2.1.5.1-**A presidente Ethel Pinheiro mencionou a existência do DOSVOX, tecnologia  
83 criada na própria UFRJ, destacando a importância do conhecimento institucional sobre as  
84 ferramentas já disponíveis. **2.1.6-** A conselheira Juliana Beatriz comentou sobre a  
85 necessidade de diretrizes mais claras nos editais de seleção para estudantes com  
86 necessidades específicas, com recomendações explícitas sobre adaptações, como tempo  
87 estendido para provas, e maior rigor na especificação do tipo de laudo médico exigido,  
88 sugerindo que fosse exigido laudo emitido por profissional com especialidade relacionada  
89 à deficiência declarada. **2.1.6.1-**A presidente acolheu a sugestão e propôs a criação de

90 um grupo de trabalho (GT) para tratar da minuta da instrução normativa enviada  
91 anteriormente aos conselheiros, com a participação de Juliana Beatriz, Cláudia Rezende  
92 e Roberto Guardatti. Indicou que a secretária do CEPG Adriene Campelo ficaria  
93 responsável por acompanhar a composição do grupo, que poderá ser ampliado conforme  
94 necessidade. Reforçou que a construção de uma instrução normativa eficaz exige uma  
95 abordagem colaborativa e multidisciplinar. **2.1.7-** A conselheira Juliany Rodrigues relatou  
96 estar respondendo a uma ação civil pública relacionada à falta de acessibilidade no  
97 campus de Duque de Caxias, decorrente de denúncia apresentada em dois mil e treze.  
98 Relatou a sensibilidade pessoal à causa, especialmente por experiências familiares, e  
99 reforçou a responsabilidade institucional de promover ações efetivas, para além dos  
100 limites orçamentários. Lamentou o baixo número oficial de estudantes com deficiência na  
101 UFRJ frente ao total de alunos matriculados, sugerindo que a subnotificação evidencia a  
102 falta de acessibilidade e sensibilidade institucional. **2.1.8-** O conselheiro Renato Ventura  
103 destacou o papel da DIRAC na implementação da resolução sobre ações afirmativas na  
104 pós-graduação, aprovada pelo CEPG no ano anterior. Reforçou que a inclusão não é  
105 apenas uma exigência legal, mas um compromisso ético e político da universidade.  
106 Apontou a necessidade de alocação orçamentária específica para a DIRAC, de modo a  
107 viabilizar ações concretas de apoio aos estudantes. **2.1.9-** A diretora da DIRAC, Amélia  
108 Rosauro, respondeu aos questionamentos, informando que o edital para facilitadores  
109 estava aberto até vinte de julho, sendo elegíveis estudantes a partir do terceiro período  
110 com coeficiente de rendimento mínimo. Explicou que os recursos da DIRAC são oriundos  
111 do programa INCLUIR e, devido às restrições legais, não é possível conceder bolsas,  
112 apenas auxílios. Relatou a dificuldade de atender demandas emergenciais de alunos em  
113 vulnerabilidade, como o caso de um estudante que solicitou apoio para aquisição de  
114 óculos no valor de três mil e quinhentos reais. Destacou a importância das doações diretas  
115 como alternativa viável frente às limitações burocráticas. Reforçou a necessidade de  
116 colaboração com as comissões de acessibilidade das unidades e a construção de parcerias  
117 para fortalecimento institucional da política de inclusão. **2.1.10-** Ao encerrar o ponto, a  
118 presidente Ethel Santana agradeceu à diretora Amélia Rosauro pela contribuição e  
119 afirmou que a instrução normativa deverá refletir as diversas dimensões discutidas,  
120 inclusive as relacionadas a infraestrutura, formação docente, processos seletivos e  
121 comunicação institucional. Passou-se à **2.2- Discussão da resposta da UFRJ A demanda**  
122 *do TCU sobre composição de bancas examinadoras.* A conselheira Verônica Calado  
123 apresentou os fundamentos da resposta elaborada, explicando que a recomendação do  
124 Ministério Público Federal restringiria a participação de profissionais com notório saber  
125 em bancas de defesa, o que contraria a autonomia universitária e a legislação vigente.  
126 Lembrou que o Conselho já havia aprovado a participação de indivíduos sem graduação  
127 formal em bancas, com base na comprovação de notório saber, prática compatível com  
128 os princípios da universidade pública. Mencionou também a interferência indevida em  
129 outras comissões da UFRJ, como as de inquérito, reforçando o argumento da defesa da  
130 autonomia institucional. **2.2.1-**A presidente Ethel reforçou que a resposta apresentada  
131 reflete com clareza os fundamentos legais e institucionais que orientam a postura da  
132 UFRJ frente à recomendação do TCU, e submeteu a resposta ao colegiado, que a aprovou  
133 por unanimidade. Passou-se à **2.3- Exposição da Minuta enviada pela secretaria do CEU**  
134 *sobre participação deste Conselho na Câmara Mista e na COTAV.* Foi abordada a minuta  
135 enviada pelo Conselho de Extensão Universitária (CEU) sobre a participação na Câmara  
136 Mista e na Comissão de Alocação de Vagas (COTAV). A presidente da Sessão sugeriu que  
137 a proposta fosse analisada à luz dos regimentos do CEPG, CEG e da própria UFRJ,  
138 destacando que alterações na composição e atribuições da Câmara Mista exigem um  
139 processo criterioso. **2.3.1-** O superintendente de pós-graduação da PR2, Bruno Diaz,

140 destacou que a Câmara Mista tem atualmente um escopo de atuação limitado, voltado  
141 principalmente à definição de vagas e alocação, e que seria necessário reavaliar seu papel  
142 e a atuação conjunta entre os conselhos. Sugeriu que o CEPG formulasse sua própria  
143 proposta de resolução, ao invés de adaptar a minuta recebida, respeitando a competência  
144 dos respectivos conselhos. **2.3.2**-As conselheiras Juliana Beatriz e Verônica Calado  
145 apoiaram a proposta, ressaltando que o regimento da UFRJ precisa ser atualizado para  
146 evitar conflitos com a legislação federal. **2.3.3**-A conselheira Juliany Rodrigues sugeriu  
147 que a revisão da Câmara Mista também considerasse a presença dos campi de Duque de  
148 Caxias e Macaé. **2.3.4**-O conselheiro Renato Ventura reforçou que a extensão deve ser  
149 tratada separadamente das competências de ensino e pesquisa, respeitando a autonomia  
150 das áreas. **2.3.5**-A superintendente de pesquisa da PR2, Ariane Roder, propôs uma  
151 reflexão mais ampla sobre o reconhecimento da extensão como prática institucional,  
152 mencionando atividades de prestação de serviços, inovação e consultoria como ações  
153 legítimas de extensão que precisam ser reconhecidas nos processos de progressão e  
154 avaliação institucional. **2.3.5.1**-A presidente da Sessão acolheu as sugestões e propôs  
155 que o CEPG elaborasse uma resposta própria à minuta, considerando as contribuições  
156 recebidas e os dispositivos regimentais pertinentes. Não havendo mais discussões ou  
157 informes, a sessão foi encerrada às 11h46. Para constar, eu, Adriene Campelo do Amaral,  
158 Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pela Presidente da  
159 Sessão, Professor Ethel Pinheiro Santana, e por mim.

160

161 Adriene Campelo do Amaral  
162 Secretária

Ethel Pinheiro Santana  
Presidente